

1 - Justificativa

Este projeto parte da constatação de um processo de afirmação cultural na comunidade Pankararé de Brejo do Burgo, Município de Glória, Bahia, em meio a um quadro regional de preconceito e pressão sobre as terras desse grupo indígena. Trata-se de uma comunidade tradicionalmente desassistida do ponto de vista social geral, e bastante carente, uma vez que a região é pobre de recursos e sujeita a secas.

A partir daí, assume grande importância o surgimento de um movimento espontâneo da comunidade em prol de um reencontro com suas raízes indígenas, o que tem implicado em enfrentamento ao preconceito arraigado na área. Os Pankararé pagam um "preço" por afirmarem suas raízes étnicas ao encontrarem barreiras em suas tentativas de acesso a instituições educacionais e culturais regionais. Quando eventualmente conseguem acesso, não encontram respostas ou estímulos coerentes com suas aspirações culturais.

A comunidade Pankararé tem procurado apoio em entidades oficiais ou civis vinculadas à problemática indígena, mas tem esbarrado na falta de respostas ou na limitação de meios das entidades indigenistas não vinculadas ao Estado.

2 - A Comunidade Pankararé

O povo indígena Pankararé vive predominantemente na localidade de Brejo do Burgo, Município de Glória, quarenta quilômetros a sudoeste da cidade de Paulo Afonso. A área caracteriza-se geomorfológicamente pelo complexo da caatinga, com predominância de vegetação xerófila, solos arenosos e clima semi-árido com chuvas irregulares e pouco frequentes, que ocorrem com maior intensidade no período de dezembro a março, quando sua ausência inevitavelmente submete toda a região a períodos de seca, os quais têm sido particularmente intensos na área ao longo da última década.

O pequeno núcleo de Brejo do Burgo - originalmente Brejo do Bugre - está situado na borda setentrional do Raso da Catarina, extenso baixio arenoso que ocupa quase dez mil quilômetros quadrados do sertão baiano. Dada a presença de al

gumas nascentes, as terras do Brejo são conside-
mais férteis que as que lhe são vizinhas, o que explica a
densa ocupação humana da área e, até certo ponto, as dispu-
tas que envolvem essas terras, único local onde há uma fon-
te perene num raio de mais de trinta quilômetros. O núcleo
é cortado pelo riacho do Tonã, seco durante a maior parte
do ano mas que inunda uma extensa várzea nos períodos chu-
vosos, deixando espessas camadas de sal que a tornam inapro-
veitável para a agricultura. O relevo da área é predomina-
mente plano, divisando-se algumas serras baixas nos seus
limites.

A população Pankararé no Brejo distribui-se em
pequenos agrupamentos familiares de poucas casas, mais ou
menos próximos entre si, situados dentro de um raio raras-
mente superior a quatro quilômetros em torno do povoado
conhecido localmente como "Brejinho", habitado apenas pelos
"brancos" regionais. Além deste núcleo que abriga cerca de
80% da população Pankararé, há ainda o da Serrota, uma lã-
gua para o Sul, já no Município de Paulo Afonso, mais es-
parso e com terras bem mais pobres que o anterior; e o do
Chico, também ao Sul, a cerca de trinta quilômetros do pri-
meiro, constituído por uma família extensa com cerca de
cinquenta indivíduos, único agrupamento humano estabeleci-
do permanentemente no interior do Raso da Catarina onde vi-
ve predominantemente da caça.

Tanto as fontes históricas como a memória dos
Pankararé indicam o fato de que estes índios, - assim como
os Pankararu que hoje vivem em Brejo dos Padres, do lido
pernambucano -, são originários da missão jesuíta de Curral
dos Bois, mais recentemente Santo Antonio da Glória, local
hoje submerso pelo lago da barragem de Moxotó, de onde mi-
graram certamente por força de pressões há não menos de
seis gerações, mas seguramente após a expulsão do Brasil da
Companhia de Jesus, na segunda metade do século XVIII.

Segundo um censo recentemente promovido pelo cacique,
o povo Pankararé é hoje constituído por 191 famílias,
o que nos permite um cálculo estimativo de cerca de 1.200
indivíduos, aproximadamente 15% dos quais encontravam-se
fora da área durante o mais recente período de seca, no ano

80, registrando-se um progressivo retorno a parâmetros do primeiro semestre de 81.

A economia Pankararé baseia-se na lavoura em pequenas roças familiares de mandioca, feijão e milho; produtos básicos de sua alimentação. A criação doméstica de aves, suínos e caprinos é limitada, mas constitui importante complementação alimentar. O artesanato é ainda praticado com fins utilitários, empregando fibras da região, como caroa e pindoba. Durante os períodos de estiagem boa parte da mão-de-obra masculina é forçada a migrar, indo exercer atividades assalariadas em fazendas da região ou em grandes centros metropolitanos, notadamente São Paulo, onde chegam a permanecer por períodos de até alguns anos, aí constituindo grupos de vizinhança e de encontros regulares.

Culturalmente, os Pankararé tiveram suas tradições longamente reprimidas, inclusive com violência, pela população regional; tendo entretanto conseguido recuperar algumas delas, a mais significativa das quais é a prática do ritual denominado Praiá, muito importante para a afirmação étnica do grupo. Durante as duas últimas décadas, podemos identificar entre os Pankararé um profundo movimento ideológico de revitalização e valorização da identidade indígena, para o qual foi importante o estabelecimento de contatos regulares com os Pankararu e a liderança do cacique Ângelo Pereira Xavier, que conseguiu dar unidade ao grupo, e esta permanece mesmo após seu assassinato por regionais em dezembro de 1979. Atualmente, além do Praiá, da dança lúdica do Toré e das práticas xamanísticas com fins medicinais e premunitórios, exercidas pelo pagé, os Pankararé praticam, sob forma própria, alguns elementos culturais assimilados da população regional, como os conjuntos musicais denominados Zabumba (banda de pífaros), traços do catolicismo regional, como os grupos de penitentes e danças como o "samba de coco". Existem informações de que alguns indivíduos conservam o conhecimento de palavras do idioma indígena original, mas dispomos de dados seguros a esse respeito.

3 - Entidade Executora

A Associação Nacional de Apoio ao Índio, é uma entidade de âmbito nacional, sem fins lucrativos, que teve seu núcleo da Bahia estabelecido em dezembro de 79, será a entidade responsável pela execução do projeto, através de sua Comissão Pankararé-Tuxá, já organizada, contando com profissionais e estudantes nas áreas de educação, saúde, agricultura, antropologia, indigenismo e arquitetura.

A Anai-Ba mantém contatos regulares com os Pankararé desde a sua fundação, já tendo sido executora de um projeto emergencial de subsídio alimentar junto à comunidade durante a longa estiagem de 1980, promovido a participação de representantes Pankararé em encontros de lideranças indígenas a nível regional e nacional, e realizado levantamentos sobre o grupo durante algumas das visitas de seus membros à área.

A Anai vem desenvolvendo um projeto integrado de atuação junto à comunidade Kiriri, de Ribeira do Pombal, onde a ênfase tem sido dada à educação, não como um "setor" específico mas sim intimamente relacionado às práticas existenciais desses índios. Tal experiência, que já tem mostrado resultados alentadores, anima a Anai a extendê-la a outras comunidades indígenas, adequando-a sempre às suas especificidades. Assim, os próprios Kiriri poderão também ser agentes educadores junto aos Pankararé, compartilhando com eles suas descobertas.

4 - Metodologia

Na proposta de trabalho, tem-se como preocupação central evitar práticas assistencialistas, paternalistas ou quaisquer outras que resultem em quebra da capacidade de iniciativa do grupo ou interferências em sua organização própria.

Nesse sentido, a equipe da Anai tomará como regra o respeito às iniciativas da comunidade objeto desse projeto, restringindo sua atuação a formas aceitas pela comunidade para assessoramento, formação de monitores, apoio social, etc. Assim, espera-se animar e melhor capacitar a comunidade para resolver, por esforço próprio, seus problemas mais candentes na área sócio-cultural.

Para aplicação do presente projeto a ... viagens mensais de Salvador à área, como forma de assegurar o desenvolvimento e acompanhamento regular das atividades.

5 - Objetivos

O projeto de uma escola informal Pankararé pretende ser aplicado a partir das seguintes áreas de atuação, estabelecidas de acordo com as necessidades diretamente manifestadas pelos Pankararé à Anai-Ba:

5.1 - Alfabetização. Um número muito reduzido de Pankararés é hoje alfabetizado, e o interesse da comunidade nesse sentido é amplamente manifestado, orientando-se para dois objetivos básicos, quais sejam, (a) o de utilizar a escrita como instrumento no seu processo de afirmação cultural e étnica, para apreensão e difusão de novas informações, tornando-as acessíveis de modo uniforme ao maior número possível de indivíduos, e (b) adquirir um conhecimento que os permita interagir de forma menos assimétrica com a sociedade nacional. A alfabetização enquanto meio para realização destes objetivos deverá ser feita a partir de membros do próprio grupo que se dispõem a atuar como monitores sendo para isso treinados e supervisionados por membros da equipe executora. O material didático a ser utilizado deverá ser elaborado com a participação ativa da comunidade, a partir de seus interesses e aptidões, fazendo com que o processo de alfabetização - a ser realizado em classes de adultos e crianças, separadamente - se constitua num momento de reflexão e elaboração a cerca da cultura e da identidade específicas do povo Pankararé.

5.2 - Educação Médico-Preventiva. A partir de um pequeno levantamento das condições de saúde da população, se prevê a realização de palestras por técnicos na área de saúde acompanhadas de treinamento em práticas sanitárias e terapêuticas simples com vistas à possível formação de monitores de saúde na comunidade. Pretende-se ainda estimular a manutenção de uma pequena farmácia, a qual seria implantada no âmbito deste projeto, como material de apoio ao treinamento de saúde.

Esta área de atuação deverá ser trabalhada em cor

responsabilidade com a medicina tradicional do grupo, a partir do conhecimento da qual será elaborado o material didático relativo à introdução de novas informações e ao estímulo às práticas sanitárias novas. Tal tarefa deverá ser realizada com a colaboração direta do pagé, que deverá orientar a equipe executora a respeito das necessidades e carências básicas da população nos aspectos de saúde, e atuar como coordenador da aplicação das medidas a serem adotadas.

5.3 - Técnicas Agrícolas. Sendo os Pankararé um povo essencialmente camponês, é necessária a integração da educação em um sentido mais restrito (de alfabetização) com seu trabalho cotidiano, sendo portanto "Educação" aqui entendida como um processo de melhoria das condições de vida, de acesso a tecnologias apropriadas e não causadoras de dependências; de aumento da produtividade do trabalho, de recuperação de condições ecológicas favoráveis (fertilidade do solo, reflorestamento, etc), de diversificação de seus produtos alimentares. Para isso, propomos uma escola informal que seja um local de debates e discussões e de obtenção de novas informações e técnicas que devem, necessariamente, ser elaboradas pelos índios. Que a escola seja "prática" também, estimulando a formação de roças comunitárias, a introdução de novos cultivos agrícolas, a auto-gestão do grupo em questões de comercialização e estocagem de seus produtos, ao mesmo tempo em que sistematiza o "saber" nativo como uma confiança do grupo em si mesmo. Pretende o projeto colocar à disposição dos índios informações sobre compostagem orgânica, recuperação de solos, irrigação, etc, seja através de técnicos como também de outros índios (os Kiriri por exemplo) que já têm experiência nisso, além de apoio material para estabelecimento de uma roça comunitária experimental.

5.4 - Intercâmbio e Valorização de Práticas Culturais. O movimento de revitalização cultural dos Pankararé tem se orientado bastante para o contato com outros povos indígenas, e após a aproximação com os Pankararu, tem desenvolvido contatos, na medida de suas possibilidades, com os Tuxá e os Kiriri. Nesta área, pretendemos promover o relacionamento dos Pankararé com outros povos indígenas do Nordeste, a-

través de visitas de grupos de Pankararês a outras comunidades e de representantes destas ao Brejo do Burgo. Essas oportunidades seriam uteis para a troca de experiências entre os povos nelas envolvidos e para que estes pudessem estabelecer laços mais duradouros, assimilar práticas que sejam do seu interesse, etc. Este intercâmbio poderá também ser realizado através de material informativo e cultural tais como filmes, slides, palestras, artesanato, etc.

Além do intercâmbio, o fortalecimento de elementos culturais Pankararê poderá se dar através do estímulo às suas manifestações próprias tais como o artesanato, que poderá ser subsidiado para que possa vir a substituir alguns dos artefatos industrializados atualmente em uso, possibilitando uma maior autonomia da comunidade indígena. Tal poderá ocorrer, inclusive, através da introdução de novas técnicas desde que isso seja do interesse dos Pankararê. Outra possibilidade é a de se buscar formas de estímulo à permanência de elementos do folclore regional, tais como o samba de coco que vem sendo desprezado em virtude da penetração da cultura de massas através do rádio.

No caso de rituais como o Praiã e o Toré, é importante promover a sua aceitação por parte da população regional, fator decisivo para a tranquilidade e afirmação da comunidade indígena. No que diz respeito às relações interétnicas, acreditamos poder intervir positivamente através da divulgação, a nível local e municipal, da problemática e dos elementos culturais indígenas, o que poderá ser feito através de palestras e distribuição de material informativo em escolas de primeiro e segundo grau da região, junto a sindicatos de trabalhadores rurais, etc; ou mesmo, através da promoção de apresentações dos próprios Pankararê em Paulo Afonso e Glória, na medida em que a situação das relações interétnicas na área venha a favorecer tal possibilidade.

5.5 - Barracão Comunitário. A execução do projeto prevê ainda o estabelecimento de um espaço físico que possa servir como centro comunitário, inclusive escola, local em que terão andamento boa parte das atividades do projeto, serão realizadas reuniões com a comunidade, etc. Esta cons!

ção simples, em forma de barracão, terá sua localização e localização definidas pela comunidade a partir de contatos preliminares com a equipe executora, devendo localizar-se na área do Brejo do Burgo, centro de ação do projeto.

5.6 - Documentação. Prevemos ainda a documentação fotográfica e fonográfica do projeto, material que funcionaria como subsídio para discussões da equipe executora, com outras entidades interessadas e sobretudo com a comunidade objeto do projeto durante a execução e avaliações deste, após o que ficaria para o patrimônio dos Pankararé.

6 - Orçamento

(Cr\$)

6.1 - Barracão comunitário (material regional)	<u>400.000,00</u>
6.1.1 - material de construção	250.000,00
6.1.2 - transporte	50.000,00
6.1.3 - mão-de-obra (mestre)	100.000,00
6.2 - Deslocamentos da equipe executora	<u>360.000,00</u>
6.2.1 - Combustível	200.000,00
6.2.2 - Passagens	40.000,00
6.2.3 - Diárias (hospedagem, lanches)	22.000,00
6.2.4 - Alimentação	48.000,00
6.2.5 - Fretes	50.000,00
6.3 - Deslocamentos dos índios (a Salvador e outros grupos indígenas)	<u>200.000,00</u>
6.3.1 - Passagens	40.000,00
6.3.2 - Fretes	100.000,00
6.3.3 - Alimentação e diárias	60.000,00
6.4 - Material Didático	<u>65.000,00</u>
6.4.1 - Papel, lapis, borracha, etc	15.000,00
6.4.2 - Cartazes	5.000,00
6.4.3 - Publicações	25.000,00
6.4.4 - Aluguéis de filmes e equipamentos	10.000,00
6.4.5 - Exposições (fotos, slides, etc)	10.000,00
6.5 - Saúde	<u>35.000,00</u>
6.5.1 - Material farmacêutico	20.000,00
6.5.2 - Serviços laboratoriais	5.000,00
6.5.3 - Material de Pesquisa	10.000,00

6.6 - Agricultura	<u>200.000,00</u>
6.6.1 - Sementes	50.000,00
6.6.2 - Ferramentas	50.000,00
6.6.3 - Arame farpado	100.000,00
6.7 - Documentação	<u>50.000,00</u>
6.7.1 - Fitas cassete	10.000,00
6.7.2 - Filmes e cópias	40.000,00
6.8 - Administração	<u>10.000,00</u>
6.8.1 - Material de escritório	3.000,00
6.8.2 - cópias xerográficas	5.000,00
6.8.3 - correspondência	2.000,00
<u>Total.....</u>	<u>1.320.000,00</u>

7 - Prazo

O projeto tem sua aplicação prevista para o prazo de um ano a partir da liberação dos recursos.

8 - Avaliação

Os critérios de avaliação ficam a cargo da entidade financiadora. A equipe executora dispõe-se à apresentação regular de relatórios e contas, bem como a promover e facilitar o acompanhamento direto das atividades.

Salvador, outubro de 1981

José Augusto Laranjeiras Sampaio
 José Augusto Laranjeiras Sampaio
 Secretário
 Anápolis-Ba

Eduardo Aguiar de Almeida
 Eduardo Aguiar de Almeida
 Coordenador
 Comissão Pankararé-Tuxá/Anápolis-Ba